

COMO O JORNALISMO TRATA AS PESSOAS TRANS (TRANSGÊNEROS E TRANSEXUAIS)

Juliana Martinelli dos Santos (IC) e Mirtes de Moraes (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

Segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênera, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, isso se deve, em grande parte, a falta de informação sobre a comunidade LGBT. Por isso, o trabalho visa analisar como e se o jornalismo ajuda a entender as questões de gênero que envolvem as pessoas trans (transexuais e transgêneros) e identificar quais veículos seguem marginalizando cada vez mais esse grupo social, fazendo com que se mantenha o preconceito. O foco principal será sobre programas televisivos, principalmente em seriados que foram ou estão sendo transmitidos por emissoras brasileiras, em formato documental, para analisar se eles fazem o papel de informar, orientar e desmistificar a transexualidade ou se apenas continuam perpetuando a heteronormatividade tão comumente presente nos noticiários atuais. A preocupação aqui então, é sobre os sentidos que o jornalismo tem dado à representação de transexuais no Brasil, uma vez que a imagem dessas pessoas está sempre vinculada a situações de violência ou silenciamento, como se não houvessem outros espectros possíveis para o protagonismo dessas pessoas. Como apoio, explicará também conceitos como: queer, feminismo e cidadania sexual, que darão suporte para melhor entendimento das informações sobre o mundo LGBT, com ênfase na parcela trans.

Palavras-chave: Transexualidade, Gênero, Jornalismo.

ABSTRACT

According to research by the non-governmental organization (NGO) *Transgender Europe* (TGEU), an European organizations network which support transgender people's rights, Brasil is the country that kills travestis and transexuais the most in the world, due to, mostly, lack of knowledge about the LGBT community. Therefore, the following work seeks to understand how or if journalism helps one to understand the issues involving trans people (transexuais and transgenders) and point out which media continue to marginalize this social group more and more, thus maintaining the prejudice. The main focus will be television programs, specially series that have been or are been broadcasted by brazilian companies, on documental format, to scrutiny if they play the role of informing, orienting and demystifying transexuality or if they only keep on perpetuating the so well established heteronormativity in

today news. The concern here is about the meanings journalism have been giving to transsexuals' representation in Brasil, once their image is always linked to violence or silence, as if there were no other possible aspects for their protagonism. As support, it will also explain concepts as: queer, feminism, sexual citizenship, which shall help the understanding of the further informations about LGBT world, enfacing trans community.

Keywords: Transsexuality, Gender, Journalism.

1. INTRODUÇÃO

Pergunta problema: O jornalismo ajuda a sociedade a entender as questões de gênero envolvendo pessoas trans?

Este trabalho pretende analisar como e se a mídia, em especial programas de notícia e documentários, ajuda a entender as questões de gênero que envolvem as pessoas trans (transexuais e transgêneros). Identificar se existe mesmo uma imparcialidade jornalística em um assunto tão polêmico como esse, e comparar um veículo com outro para identificar se há alguma opinião claramente exposta em algum deles.

O tema possui uma carga social forte por lidar com algo que atinge várias famílias brasileiras, mas ainda é mostrado de forma muito mascarada, e também por lidar com preconceitos e tabus que os jornalistas e os programas informativos devem desmistificar e trazer para debate, já que essa questão é de extrema importância para os grupos *transgêneros*.

Vale ressaltar que este problema não é encontrado apenas no jornalismo brasileiro e sim no jornalismo mundial, não é um caso isolado, já que em diversos países encontra-se o mesmo fenômeno. Em alguns casos, por causa da exposição desnecessária que é feita, muitas dessas pessoas acabam vivendo escondidas, com medo do que isso possa vir a causar para elas quando alguém descobrir.

Aqui serão analisados programas televisivos que foram exibidos no Brasil, como o “Liberdade de Gênero”, da GNT, de forma a entender como se dão as abordagens e como eles são recebidos pelo público. Relatando também quais são os empecilhos para algum desses programas poderem ir ao ar.

Além disso, também há uma entrevista com Erick Barbi, homem trans, que explica os problemas no jornalismo para com os transgêneros e ressalta a importância da representatividade na mídia, que ainda está longe de ser a ideal. Tudo isso a fim de tornar o trabalho mais didático e o mais próximo da realidade possível.

A pesquisa trata do preconceito sofrido desde as crianças até os adultos que se identificam trans, com isso, constata-se que na maioria das situações o problema é o mesmo, eles são tratados pelo gênero que nasceram e não pelo que se identificam, o que pode trazer diversos problemas psicológicos e de alta estima nesses seres-humanos. Nas reportagens, matérias e entrevistas que não tem como foco relatar o mundo transexual, eles ainda assim são rotulados por algo que muitos deles tentam até mesmo esconder. Ao ler algumas matérias é possível perceber muito a ocorrência de fenômenos como “João nasceu

Maria”, por exemplo, e junto com isso vem a exposição desnecessária da pessoa em frente à sociedade.

“Muitas crianças transgêneras vivem nas sombras, se escondendo de um mundo que os vê como aberrações”. A frase destacada foi dita pela apresentadora de notícias Barbara Walters na vídeo-reportagem *Meu Eu Secreto*, exibida em 2007 pela rede estadunidense ABCNews.

Durante toda a reportagem, Walters trata as crianças transexuais como elas gostariam de ser tratada, chamando de “ela”, a criança que é biologicamente masculina, mas se considera feminina e de “ele” na situação contrária. Mas será que todos os jornalistas e todos os jornais fazem da mesma forma?

A vídeo-reportagem *Meu Eu Secreto* aborda o assunto da transexualidade em crianças com empatia e respeito. Ao apresentar o sofrimento inicial dessas crianças, decorrente da sua autoafirmação dentro de um ambiente familiar heteronormativo, a reportagem exerce a sua função de ser uma importante ferramenta na construção de novas realidades, uma vez que mostra os males causados pelo desrespeito a nova identidade de gênero adotada por esses indivíduos e ajuda a desmistificar conceitos errôneos sobre o que é a transexualidade.

A pesquisa se iniciou tendo como principal base o que ocorreu em fevereiro de 2015, na capa da revista Nova Escola, que tinha como título: “Vamos falar sobre ele?”. A matéria conta a história do menino, que se veste como menina e se identifica como menina, Romeo Clarke. Por causa disso, não seria certo dizer então “Vamos falar sobre ela?”, já que Clarke se identifica como sendo uma garota?

Apesar de tratar o assunto com imparcialidade, a revista Nova Escola ainda usa o pronome masculino para se referir à criança que gostaria de ser tratada no pronome feminino, e de acordo com o artigo “Transexualidade: Dos transtornos às experiências singulares” (ARAÚJO, 2010), a transexualidade se dá pelo “desconforto persistente com seu sexo ou sentimento de inadequação no papel de gênero deste sexo” (ARAÚJO, 2010, p. 52), por isso, não respeitar a condição da criança de ser reconhecida pelo pronome com o qual se identifica pode desencadear “sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional em outras áreas importantes da vida do indivíduo” (ARAÚJO, 2010, p. 52).

Esse problema não é encontrado apenas no jornalismo brasileiro e sim no jornalismo mundial, não é um caso isolado, já que em diversos países encontra-se o mesmo fenômeno. Em alguns casos, por causa da exposição desnecessária que é feita, muitas dessas

pessoas acabam vivendo escondidas, com medo do que isso possa vir a causar para elas quando alguém descobrir. Por isso, o objetivo aqui é destrinchar todas as nuances deste tema e revelar os pontos positivos e negativos da abordagem jornalística.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

A princípio, é necessário esclarecer porque os estudos de gênero e de identidades não-heterossexuais precisam ser abordados, juntamente com outros tipos de estudos contemporâneos, constatando que este tema é minimamente abordado em qualquer esfera, incluindo a esfera jornalística. Esse é um trecho da monografia “Identidades trans em pauta: Representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo” (HARTMANN, 2014). Que confirma a afirmativa de que as/os *trans* ainda não conquistaram o espaço necessário e que, além disso, elas/eles acabam se tornando os antagonistas das notícias na maior parte das vezes.

No entendimento de que o jornalismo contribui para a construção da realidade e que dessa forma está fortemente relacionado com a normatividade vigente (seja no compartilhamento de valores, seja na reprodução destes), partimos do pressuposto de que o mesmo contribui para reforçar os valores dominantes da sociedade, indiretamente trabalhando para a manutenção do status quo (HARTMANN, 2014, p. 153).

Para explicar isso, é primordial deixar claro o que é a “teoria *queer*” e como ela se aplica a esse tipo de pesquisa. Em síntese, a teoria *queer* afirma que a orientação e a identidade sexual são construções sociais ditadas para todo indivíduo, por isso, não há papéis sexuais biologicamente impostos na natureza humana, assim como Judith Butler sugere que “talvez o sexo tenha sido, desde sempre, gênero, de maneira que a distinção sexo/gênero não é, na verdade, distinção alguma”. Esse fundamento também procura quebrar com o estereótipo e a divisão polarizada de apenas dois gêneros: feminino e masculino, dando muito mais profundidade aos estudos de gênero.

Dentro do âmbito acadêmico, teorias como a *queer* têm o objetivo de promover novos conhecimentos culturais, como consequência, fazem com que questionemos, de forma ampla, aquilo que conhecemos e aquilo que não tivemos a oportunidade ou a disposição de conhecer ainda. Já que possui um caráter provocador e subversivo, podendo fazer com que surjam perguntas fora das barreiras do conhecimento padrão e legitimado, assim sendo possível repensar estratégias de educação formais, que não buscam o conhecimento e não questionam o “inquestionável”.

Essa teoria também se apoia e tem muitos fundamentos utilizados no feminismo, que também questiona os papéis pré-estabelecidos de acordo com o gênero designado, isso faz com que um movimento se utilize de maneira positiva do outro, de forma a torna-los muito mais complexos e questionadores sobre a sexualidade e o gênero.

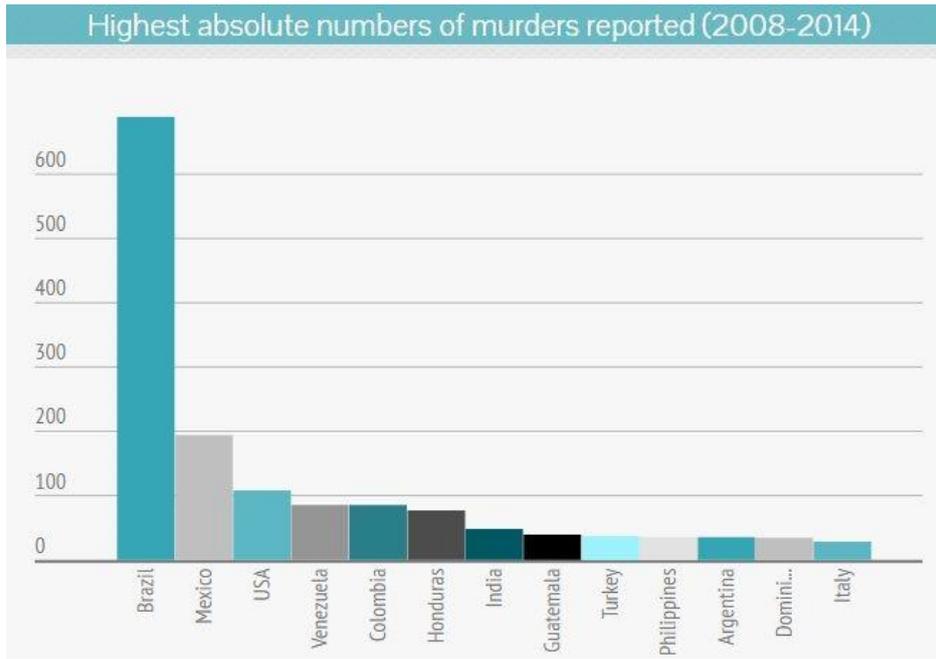
Pensando na abordagem *queer* e como ela propõe estudos de novas identidades de gênero (mesmo que elas não sejam novas, e sim, apenas estejam sendo abordadas recentemente), que podemos perceber a ligação com o mundo das pessoas transexuais e transgêneras. O transtorno da identidade de gênero ou “disforia” de gênero se encaixa nesta visão, já que a *queer* afirma que, por exemplo, uma mulher transexual não é menos mulher do que uma que tenha nascido propriamente com o órgão que a designe assim.

O jornalismo, porém, em sua maioria, não tem o hábito de apresentar teorias tão complexas e subversivas como essa, e sim continuar perpetuando a heteronormatividade. E noções como essas podem fazer com que cada vez mais a transexualidade e a transgeneridade sejam marginalizadas, já que o conceito de gênero constitui um dos pilares que formam a sociedade como nós conhecemos hoje. Assim como a chamada “cidadania sexual”, que marca de forma binária os direitos como sendo heterossexuais, excluindo assim tudo que se aplica na teoria *queer*. No livro “A Dominação Masculina” (BOURDIEU, 1999), Pierre Bourdieu explica como se dão essas divisões em apenas dois gêneros, feminino e masculino:

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. (BOURDIEU, 1999, p. 41)

Apresentar esse assunto para o público não se trata apenas de mostrar uma nova visão de mundo ou ser subversivo à sociedade heteronormativa, mas sim de mostrar o quanto essas pessoas não são representadas e sofrem por conta da falta de informação. Segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) *Transgender Europe* (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênera, o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, considerando que entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país.

Gráfico com os países que mais assassinaram transexuais no mundo entre os anos de 2008 e 2014 (Fonte: Transgender Europe).



Os dados continuam preocupantes quando levamos em conta a expectativa de vida desta população no Brasil que, segundo dados da Associação Nacional de Transexuais e Travestis do Brasil (Antra), é de 35 anos de idade, número bem abaixo da média nacional estimada pelo IBGE em 75,2 anos. Além disso, 90% das travestis e transexuais brasileiras vivem da prostituição e 40% de todos os assassinatos de pessoas trans registrados no mundo ocorrem no nosso país. A situação também é preocupante em outros países, mas o Brasil deve ser o foco, já que aqui todos esses números são muito mais alarmantes.

Para que este cenário tenha oportunidade de mudar e melhorar, os jornalistas devem agir. Baseado nesse trecho do artigo “Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo” (DARDE e MORIGI, 2012), os jornalistas possuem um papel extremamente importante na construção de um pré-conceito sobre a pessoa de quem se refere em seus textos, porém, muitos jornalistas não têm consciência disso e, de certa forma, tratam de maneira banalizada a sociedade transexual/transgênera, piorando ainda mais a situação dessa parcela cada vez mais marginalizada da população.

Podemos perceber que mesmo quando trazidas para a superfície do visível, do notável e do noticiável a categoria em que são colocadas continua sendo a categoria do invisível, do não mostrado, do não explicado. A feição familiar que lhes é posta, ou seja, a ancoragem que é feita, normalmente é a do universo homossexual, como podemos inferir das reportagens em que elas são colocadas como homossexuais, quando na verdade, como já demonstrado, elas possuem uma identidade de gênero feminina, portanto, se relacionam com homens que não são considerados homossexuais (HARTMANN, 2014, p.54).

Ver o jornalismo como uma ferramenta construtora de sentido faz com que percebamos certos padrões a serem mantidos que se alinhem ao *status quo* vigente, reforçando certos valores na sociedade, ainda assim, como destacado no artigo “Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo” (DARDE e MORIGI, 2012), não há aqui a intenção de analisar o jornalismo sob um viés maniqueísta, “atuando perversa e deliberadamente nesse sentido, mas sim na perspectiva de compreender as notícias como resultado das imbricações do próprio jornalismo com a cultura na qual está inserido.” (DARDE e MORIGI, 2012, p. 153)

Ainda de acordo com o artigo, afirma-se que a notícia traz relevância a temas da realidade que despertem o interesse da comunidade, portanto, “é imprescindível reconhecermos o jornalismo enquanto prática discursiva, como lugar de seleção e de construção simbólica de fatos, em que são fundamentais as escolhas entre aquilo que é dito e o que é silenciado, de quem participa e de quem é ausentado desse processo.” (DARDE e MORIGI, 2012, p. 154).

A preocupação aqui então, é sobre os sentidos que o jornalismo tem dado à representação de transexuais no Brasil, uma vez que a imagem dessas pessoas está sempre vinculada a situações de violência ou silenciamento, como se não houvesse outros espectros possíveis para o protagonismo dessas pessoas. Além disso, como mostra o artigo “Identidades trans em pauta: Representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo” (HARTMANN, 2014), a discussão em torno do assunto é sempre feita de forma rasa, não explorando as histórias individuais de cada transexual a fim de trazer empatia e proximidade ao que é contado, ignorando a “complexidade de tipos de indivíduos que existem na nossa sociedade” (HARTMANN, 2014, p. 64) e fazendo isso, não trazemos essas pessoas a superfície do visível, deixando-as isoladas e excluídas socialmente, gerando um ciclo de preconceito (neste caso, transfobia), violência e falta de oportunidades.

O artigo ainda comenta sobre o total desconhecimento do universo trans por parte dos autores das publicações. Pronomes equivocados, confusão entre orientação sexual e identidade de gênero, exposição do nome de batismo em detrimento do nome social: esses são alguns dos diversos erros cometidos na hora de escrever/produzir notícias e reportagens sobre pessoas trans. Todos eles poderiam ser evitados, caso houvesse uma particularização na história dessas pessoas. Essas narrativas conseguem:

Representar uma realidade de exclusão e invisibilidade social das transexuais e travestis e não caracterizam a sua realidade mais profunda e diversificada. Não dão voz e credibilidade a estas pessoas como dão a outras fontes que consideram ter uma posição hierárquica superior e uma confiança maior. Compreendemos (...), que a mídia tem um papel fundamental em como representamos e absorvemos a realidade ao nosso redor. Se ignorarmos nos meios de comunicação de massa os diferentes tipos de indivíduos que temos na sociedade, ou se concedemos um tipo de tratamento debochado e preconceituoso, corre-se o risco de incentivar que outras pessoas reproduzam esse tipo de comportamento. (HARTMANN, 2014, p. 65)

Nem todos os veículos midiáticos, porém, deixam de mostrar essa realidade em sua forma pura e publicar sobre esse assunto. Alguns deles têm abertura para tratar do tema, de forma profunda e complexa, como é o exemplo da Revista Cult, que entrevistou a professora Guacira Lopes Louro, pioneira dos estudos queer no Brasil e tradutora de pensadoras feministas como Joan Scott e Judith Butler, sobre essa teoria; também apresentou uma matéria sobre o mesmo assunto, com o título “A Teoria queer e os desafios às molduras do olhar”; e esclareceu algumas dúvidas com Leticia Sabsay, socióloga especializada em estudos de gênero, também sobre a teoria *queer*.

No artigo “Diversidade sexual no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a representação da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo” (DARDE e MORIGI, 2012), temos uma explicação melhor sobre a função didática que o jornalismo pode assumir, uma vez que, sendo ele “entendido como um espaço discursivo representa uma importante esfera de produção de sentidos a partir da qual também se pode construir novas visões sobre gênero e sexualidade ancoradas no conceito de diversidade sexual” (DARDE e MORIGI, 2012, p.153).

Neste trabalho o foco estará em programas televisivos, principalmente em seriados que foram ou estão sendo transmitidos por emissoras brasileiras, em formato documental, que se aproxima mais dos formatos jornalísticos. Como ressaltam Vanessa Zandonade e Maria Fagundes na monografia “O vídeo documentário como instrumento de mobilização social” (ZANDONADE e FAGUNDES, 2003), os meios de comunicação de massa, como a televisão, são grandes formadores de opinião em países emergentes como o Brasil.

Diante da realidade brasileira, em que há um elevado grau de analfabetismo e baixo poder aquisitivo da maioria da população, o acesso à cultura e ao conhecimento, de um modo geral, torna-se ‘privilégio’ de poucos. A percepção dos acontecimentos da sociedade como um todo, provém, principalmente, dos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, a televisão assume papel importante na

construção dos conceitos e hábitos de grande parte da população.
(ZANDONADE e FAGUNDES, 2003, p.39)

Um primeiro exemplo de programa que aborda as questões do mundo da transexualidade e transgeneridade é o episódio apresentado dia 18 de novembro de 2014 pelo Profissão Repórter, da Rede Globo, em que transexuais falam sobre a adequação sexual e como encaram e são encarados pela sociedade. Nessa reportagem a abordagem é bem menos complexa e teórica, contando até com erros sutis, porém significativos, como perguntar o nome de nascença do entrevistado, que atualmente usa outro nome e se identifica com outro sexo, diferente do que foi designado a ele quando nasceu.

Um dos principais focos do estudo é o seriado “Liberdade de Gênero”, de João Jardim, apresentado pelo canal GNT, que possui em média vinte minutos por episódio e conta em cada um deles a vida e as dificuldades de ser transexual. A primeira história contada foi da youtuber Mandy Candy (Amanda Guimarães), que nasceu designada ao sexo masculino, porém, desde pequena se identifica com o gênero feminino. De forma mais descontraída, a série conta como foi a cirurgia de redesignação de sexo, quais foram os apoios psicológicos utilizados, como se dão as relações pessoais e como a vida mudou após todo esse processo.

No terceiro episódio deste mesmo programa somos apresentados a Erick Barbi, cantor e ator que nasceu num corpo feminino, mas sempre se entendeu como menino, e aos 19 anos, quando descobriu a possibilidade de fazer a transição de gênero, deu início a todos os procedimentos para se tornar um homem trans. Além do “Liberdade de Gênero”, ele participou do programa Ssex Bbox e do programa de entrevistas do Pedro Bial na Globo, o “Na Moral”. Ele deu uma entrevista para esta pesquisa para falar um pouco sobre como funcionou o programa e qual a relação do jornalismo atual com os transexuais e transgêneros, estes depoimentos serão desenvolvidos junto com os textos que vem a seguir.

“Liberdade de Gênero” se enquadra no segmento de seriado de TV, pois não apresenta uma ordem de episódios para serem assistidos, sendo possível, assim, o espectador assistir na ordem que quiser e/ou preferir.

Seriado, comparado com série, é muito mais interessante em termos jornalísticos, já que não importa a ordem que o espectador assista, a informação sempre vai chegar completa, sem depender de outro episódio ou outra sequência de episódios para que ele possa entender de fato a informação que está chegando até ele. Levando em consideração de o seriado estudado pode ser assistido no Canal GNT (na televisão) ou no site

GloboSatPlay (via internet), também é melhor que tenha episódios independentes, podendo assim ser assistido em ambos os meios ou em um só, de forma aleatória ou sequenciada.

“Liberdade de Gênero” é considerado um programa jornalístico porque apresenta uma sequência de informações arranjadas, para mostrar ao público de uma maneira documentada a realidade dos personagens escolhidos.

E documentário é o que tem valor ou caráter de documento, consistindo assim num produto que não tem ligação com a ficção e sim com a realidade, podemos constatar isso pela afirmação de Francisco Elinaldo Teixeira, no livro “Documentário no Brasil – Tradição e Transformação”:

Tomado desde sempre como preso ao real como matéria-prima de base e referente insubstituível, ao invés de sucumbir diante dos diagnósticos pós-modernos de perda cada vez maior da realidade, o campo do documentário se apossa e se alimenta de novos materiais de realidades virtuais emergentes, reatualizando-se e compondo peças híbridas de grande impacto expressivo e comunicacional (TEIXEIRA, 2004, p.7).

Tendo em vista que programas que se encaixam nesse rótulo têm a obrigação de retratar o real, é que introduzimos a questão trans e o seriado estudado. De acordo com Erick Barbi, que está inserido nessa realidade: “A importância de colocar a transexualidade como tema de assuntos, documentários, programas de TV e dramaturgia na TV é imensa. Precisamos cada vez mais orientar as pessoas, ensinar e desmistificar a transexualidade. E isso só pode ser feito da melhor maneira possível, usando a mídia e a imprensa a nosso favor, fazendo com que ela utilize os termos corretos sobre a transexualidade, aborde de maneira clara, correta e leve.”

Em 2015, a palavra “*they*” (no contexto neutro, que representa as pessoas trans) ficou entre as finalistas da premiação de palavra do ano do Dicionário Oxford. Isso significa que a palavra foi uma das mais usadas no ano em questão. Isso prova que, de fato, a militância trans tem ganhado seu espaço e está sendo vista por uma boa parcela da sociedade, mas também mostra o outro lado da questão, que é, se ela está mesmo sendo percebida, será que está sendo entendida? De acordo com Erick, em seu discurso para o programa Ssex Bbox, a resposta é simples: não. A mídia de fato bombardeia as pessoas com o assunto, porém, de uma forma errada e usando todas as terminologias erradas.

Segundo o entrevistado, algumas pessoas tentaram boicotar o programa antes mesmo de ir ao ar, e que isso se deve em grande parte as líderes fundamentalistas que

pregam o quanto a homossexualidade e a transexualidade são erradas, como por exemplo, o Pastor Silas Malafaia, que já deu diversas declarações contra os atos a favor da minoria LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e queer). Em um vídeo para seu canal no Youtube, Silas Malafaia Oficial, o pastor critica negativamente a reportagem feita pelo Fantástico (Rede Globo) sobre crianças transexuais, dizendo, por exemplo: “Tudo isso aí é ideologia de gênero, é que não dá para colocar todo esse lixo moral na sociedade por que choca essa depravação moral, essa inversão de valores. Querem destruir a família, aqui que está o jogo. Isso é um jogo ideológico”.

Em momentos como esse é notório o quanto a opinião de não-jornalistas também podem interferir na opinião do público, já que qualquer pessoa, independente de sua formação, pode fazer vídeos e publicar textos em redes sociais e também vai influenciar o público, isto pode ser positivo ou não, dependendo de quais as intenções da pessoa que está por trás do texto, da foto ou do vídeo. No texto *Jornalistas e Público: Novas Funções no Ambiente Online*, Elizabete Barbosa comenta sobre esse novo fenômeno que ocorre junto com a expansão da internet.

Num esquema de comunicação tradicional, de um para muitos, as funções do jornalista e do seu público estão claramente estabelecidas. No entanto, no ambiente do jornalismo online, em que os leitores têm acesso, por vezes, às mesmas fontes de informação que os jornalistas e, facilmente, podem publicar na rede assumindo-se até como jornalistas, as relações e procedimentos nos dois grupos estão a ser redefinidos. (BARBOSA, p.1)

Erick Barbi, ainda afirmou que esse a população tivesse maior acesso a informação sobre os trans, com certeza eles teriam uma visão muito diferente deste mundo e saberiam que não é uma escolha, e sim uma condição: “Se as pessoas em geral tivessem mais informação sobre gênero e sexualidade, iriam saber que não se trata de uma escolha. Não escolhemos ser transexuais. Nascemos assim. Ninguém escolhe sofrer preconceito a vida toda. Ninguém escolhe não suportar viver no próprio corpo. É uma condição. Nascemos assim. E se as pessoas tivessem o conhecimento disso, saberiam que todos deveriam ser tratados da maneira como se sentem. Todos deveriam ter este direito. A compreensão e aceitação diminuiriam muito os índices de violência. Infelizmente somos o país que mais mata pessoas trans no mundo”.

As críticas sobre “Liberdade de Gênero” também foram bem positivas, levando em conta que se trata de um jornalismo inovador e subversivo. Como, por exemplo, na crítica de Patrícia Kogut para o site “O Globo”, no qual a jornalista afirma ser um dos melhores programas da TV brasileira hoje, falando que ele faz o papel da televisão de forma correta, iluminando caminhos, apresentando o desconhecido e levantando a poeira.

Apesar de o programa em questão ter “levantado a poeira” tanto de forma positiva quanto de forma negativa, Barbi afirma que a representatividade trans na mídia brasileira ainda está longe de ser ideal, “Precisamos de artistas trans, atores, atrizes, cantores, apresentadores, jornalistas... pessoas na mídia que possam ser influenciadoras. Não queremos influências negativas, não queremos pessoas que falem besteira, como já temos alguns por aí. Precisamos aparecer, mostrar a cara, para que as pessoas saibam que nós existimos e somos como qualquer outra pessoa”.

Vale ressaltar, que além das histórias mencionadas anteriormente, de Erick Barbi e Amanda Guimarães, o programa também apresenta as histórias das seguintes personagens: Leticia Lanz, Liniker, Lune, Jesse, Benett, Wallace, Carol Marra, Glamour Garcia, Sillvio Lúcio e Márcia, e também dos casais: Oliver e Dani, Anderson e Helena e Patrick e Bárbara.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como “Liberdade de Gênero” escolheu para apresentar ao público histórias como essas, de maneira audiovisual e documental, prova que a linguagem jornalística tem a função principal de levar ao público informações que no geral não costuma atingi-lo. Mostrando a vida dos personagens, ele humaniza o problema e mostra que, de fato, as pessoas que estão por trás do “rótulo transgênero” são tão ser humano quanto qualquer outro.

É possível notar também que pelo fato de se passar em um canal de televisão fechado, muitos ainda não têm acesso e continuam não recebendo esses dados e informações, apesar de alguns programas da TV aberta levarem de maneira ainda muito rasa um pouco sobre esse mundo. O que prova que há ruídos extensos na comunicação e no jornalismo brasileiro.

Na televisão, conclui-se então, que canais fechados, como o GNT, estão seguindo por linhas mais corretas ao abranger diversidade e pluralidade, principalmente usando recursos audiovisuais. Já os canais abertos, que atingem mais pessoas no Brasil, precisam explorar muito mais essas questões, educando a população a ser menos preconceituosa e mais bem informada.

As tramas do universo transexual podem até ser consideradas fictícias por aqueles que nunca tiveram contato com pessoas que sofrem desses problemas sociais, por que acima de tudo, o que eles sofrem se trata de um preconceito enraizado na nossa sociedade e também em outras sociedades ao redor do mundo. E é no momento em que a pessoa

toma contato, que ela tem a consciência de que os jornalistas e a grande mídia deveriam explicar mais sobre esse tema, fazer com que ele deixe de ser um tabu, para se tornar um fato a ser discutido por todos, em qualquer lugar.

Ressaltando também, que não é apenas a população trans que sofre com alguns “ataques” da mídia, pois esse, por assim dizer, nicho de pessoas, está inserido em uma parte muito maior, que é a população LGBT, que é acusada e também protegida pelos jornais, o que mostra que as opiniões sobre o assunto ainda são divididas.

Desde a seleção de fontes ouvidas pelos jornais, passando pelas estratégias discursivas utilizadas pelos jornalistas para tratar do assunto, avaliamos que não há uma concordância quando à promoção de direitos civis para gays, lésbicas, travestis e transexuais, Essa tensão reflete a divisão da opinião pública, de acordo com pesquisa realizada com brasileiros pelo Instituto Ibope em 2011. Estudo revelou que 55% das pessoas consultadas são contra o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, contra 45% a favor (DARDE, 2012, p. 211).

Ainda, baseado na tese de doutorado “As apresentações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão” (DARDE, 2012) percebe-se que esse grupo ainda não é recebido bem pela maioria da população, o que faz com que o jornalista tenha maior responsabilidade de noticiar todos os fatos que possam esclarecer as dúvidas de quem ainda não é a favor de uniões civis ou leis que possam proteger toda essa minoria.

Muitas representações provêm de trabalhos profissionais que se dirigem a esse público ‘amador’; eu estou pensando em certos pedagogos, em popularizadores da ciência e em determinado tipo de jornalista (Moscovici, 1961/1976), cujos escritos tornam possível a qualquer um considerar-se um sociólogo, economista, físico, doutor ou psicólogo. (MOSCOVICI, 2003, p. 92)

Ainda seguindo o artigo, o jornalismo precisa adotar uma postura mais radical, semelhante à proposta subversiva da teoria *queer* de que os preconceitos contra o grupo LGBT, e aqui especificamente contra o T, só podem ser superados quando houver uma contestação do discurso jornalístico sobre a heteronormatividade.

Para uma melhor discussão sobre a diversidade sexual, os jornalistas devem procurar melhores fundamentos para se basearem e devem promover discussões que vão além da barreira entre o feminino e o masculino, considerando qualquer orientação sexual digna de respeito.

Como Judith Butler afirma, a parcela trans é tudo o que podemos encontrar de mais subversivo a ordem estabelecida, mas entre a subversão e a marginalização há quase

nenhuma divisão na vida dessas pessoas. Assim, contamos com estudiosos, jornalistas e comunicadores para que se empenham cada vez mais em acabar com esse grande preconceito que segue existindo apesar de termos uma variedade grande de informações, que segue crescendo cada dia mais.

É importante, por fim, ressaltar o papel fundamental que a Internet tem em assuntos como esse, diferente da televisão e das mídias tradicionais analisadas aqui, nos sites, blogs e canais de Youtube, é possível encontrar uma gama extensa de produtos, textos e vídeos direcionados ao público trans e ao público que busca saber um pouco mais sobre esse contexto.

4. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Elizabete. **Jornalistas e Público: novas funções no ambiente online**. Disponível em: <http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/02/barbosa-elizabete-jornalistas-publico.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A_dominação_masculina.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 24 maio 2017.

DARDE, Vicente; MORIGI, Valdir. **Diversidade Sexual no Jornalismo Brasileiro: um estudo sobre as representações da população LGBT nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo**. Sbpjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, v. 8, n. 1, p.149-165, 2012. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/396/368>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

DARDE, Vicente William da Silva. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão**. 2012. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54524/000850909.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

HARTMANN, Jennifer Morel. **Identidades trans* em pauta: Representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo**. 2014. 70 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação, Departamento de Jornalismo,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133704?show=full>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 2003. Livro. Rio de Janeiro. Vozes, 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/96153944/moscovici-representacoes-sociais-w2003#scribd>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Capa de Nova Escola sobre gênero tem repercussão recorde**. 2015. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/capa-nova-escola-genero-tem-repercussao-recorde-redes-sociais-836203.shtml?page=0>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Minorias Sexuais: Direitos e Preconceitos: Diversidade sexual, homossexuais, transexuais, travestis, transgêneros, bissexuais, assexuados, minorias LGBT, heteronormatividade, masculinidade, homofobia** / org. pref. Marta Suplicy. Brasília: Consulex, 2012. 420 p.

VIEIRA, Tereza Rodrigues; PAIVA, Luiz Airton Saavedra de. **Identidade sexual e transexualidade** / orgs. São Paulo: Roca, 2009.

WALTERS, Barbara. **Meu Eu Secreto: Crianças, gênero e transexualidade**. Produção de Abc. Estados Unidos, 2007. (41min.), son., color. Legendado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YU5NS4dHPUA>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ZANDONADE, Vanessa; FAGUNDES, Maria. **O vídeo documentário como instrumento de mobilização social**. 2003. 73 f. Monografia (Especialização) - Curso de Comunicação Social Com Habilitação em Jornalismo, Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis/fundação Educacional do Município de Assis, Assis, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/zandonade-vanessa-video-documentario.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2017.

Contatos: julinamartinelli06@gmail.com e mirtes@mackenzie.br